

14/01/2013 - 00:00

A governabilidade fiscal americana

Por **Alicia Bárcena**

O debate fiscal nos Estados Unidos tem se convertido em um tema recorrente que mantém em desequilíbrio o mundo em geral e as economias da América Latina e do Caribe em particular. O acordo alcançado há alguns dias traz um alívio ao evitar, no momento, que a economia americana caia ladeira abaixo, metaforicamente falando, levada pelo peso de seu desequilíbrio fiscal. A má notícia é que essa solução não afasta, de forma definitiva, os problemas a resolver.

Nossa região tem acompanhado com atenção as discussões sobre o chamado "abismo fiscal", em virtude das graves implicações que gera a incerteza da governabilidade fiscal no país americano. A incerteza impõe riscos relevantes a nossas economias, porque introduz uma maior volatilidade nos mercados, o que complica o manejo das políticas monetária, cambial e financeira. Mesmo assim, essa incerteza condiciona decisões de consumo e investimento, afetando negativamente o crescimento da economia americana e da economia mundial em geral. Isso, por sua vez, se traduzirá em uma diminuição dos fluxos comerciais internacionais, com efeitos negativos sobre as perspectivas de crescimento de nossa região.

O México, a América Central e o Caribe estão fortemente vinculados à economia americana e são particularmente sensíveis à magnitude, ao timing e ao estilo adotado pela estratégia fiscal nos Estados Unidos. Porém, os países da América do Sul tampouco estão isentos dos prováveis efeitos negativos que essa situação pode implicar, já que o menor nível de atividade nos EUA e a maior incerteza global podem rebaixar os preços dos produtos básicos e dificultar, ao mesmo tempo, o acesso aos mercados financeiros internacionais.

Os participantes da discussão política sobre a governabilidade fiscal nos Estados Unidos devem assumir, com responsabilidade, o papel histórico que lhes cabe, não somente em termos domésticos ou locais, mas em relação às suas implicações na economia internacional.

Retornando à metáfora, pode-se dizer que a economia americana se prepara para atravessar um território cheio de abismos e que, para resolvê-los, será necessária uma vontade maior e uma capacidade de estabelecer consensos. Antes de meados do ano será colocada em discussão a necessidade de aumentar o teto da dívida do Tesouro americano, que não faz muito tempo suscitou o alarme sobre as complexas negociações entre os poderes executivo e legislativo da nação mais rica do mundo e os nocivos efeitos que a demora em alcançar um acordo poderiam ter sobre a economia e as finanças internacionais.

Hoje, ninguém duvida da urgência de implementar algum tipo de ajuste que freie o crescimento insustentável da dívida pública americana, embora o impacto das estratégias a seguir seja sensível à magnitude, ao timing e à estrutura do ajuste. É fundamental minimizar o viés distributivo regressivo do ajuste, assim como levar em conta que a incerteza e a dificuldade de alcançar consensos sobre o nível do gasto e a origem e disponibilidade de recursos para financiá-lo impõem um custo em termos de demanda interna, nível de atividade, emprego e

produtividade.

Dada a magnitude da brecha fiscal e a impossibilidade de fechá-la em um prazo breve devido às posições antagônicas e irredutíveis, o mundo deverá repensar alguns caminhos para conviver com um déficit fiscal estrutural dos Estados Unidos, que algumas estimativas situam entre 5% e 6% do PIB.



O

[/sites/default/files/images/14opin-200-col_op3-a13-img01_1.jpg](http://sites/default/files/images/14opin-200-col_op3-a13-img01_1.jpg)

financiamento desse déficit implicará um aumento da oferta de ativos financeiros especificados em dólares, e requerirá, tal como tem ocorrido nos últimos anos, uma sustentada demanda destes ativos por parte das economias emergentes, para evitar a valorização de suas moedas. Os países de nossa região não foram alheios a esse processo, tal como mostram os mais de US\$ 800 bilhões de reservas internacionais acumuladas, que dão autoridade para conclamar prudência aos atores políticos envolvidos.

Não se pode deixar de mencionar que as complexas decisões posteriores e o possível impacto que a demora em alcançar um acordo, ou pior ainda, a falta do mesmo, podem ter sobre o valor dos ativos em dólares, colocam em risco a estratégia idêntica de blindagem baseada na poupança das economias emergentes, ameaçando tornar estéreis os esforços produtivos e sociais realizados em nossa região.

Por isso é preciso insistir na necessidade de que os participantes da discussão política sobre a governabilidade fiscal nos Estados Unidos assumam, com responsabilidade, o papel histórico que lhes cabe cumprir, não somente em termos domésticos ou locais, mas em relação às suas implicações na economia internacional. É uma chamada para que se aproximem em suas posições e se predisponham a gerar consensos que permitam definir um caminho previsível de médio prazo que evite custos políticos altos e irreversíveis.

Alicia Bárcena é secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).